

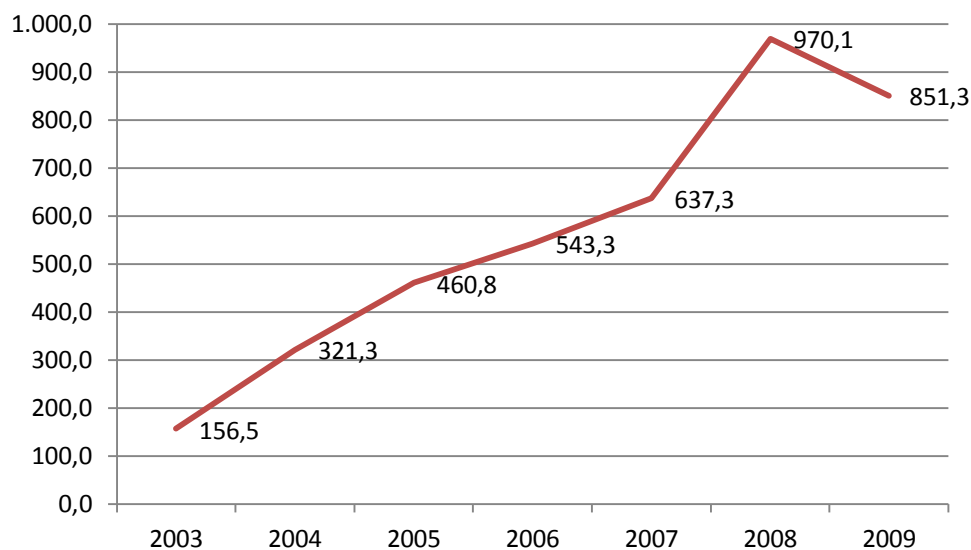
# RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – DIPAR

## DESEMPENHO OPERACIONAL

### 1. Arrecadação

A arrecadação do DNPM em 2009 totalizou R\$ 851,3 milhões, implicando numa retração de 12,24% em relação a 2008, ou R\$ 118 milhões a menos aproximadamente. A meta prevista para o exercício de 2009 foi de R\$ 975 milhões e logrou-se 87,3% desta, apesar da crise internacional que prejudicou o desempenho da economia brasileira.

**Arrecadação DNPM Ano a Ano (R\$ milhões)**



**Avaliação de Desempenho Institucional**

Ação (Atividade/Projeto)	Fiscalização da Atividade Mineral (Subatividade: arrecadação)
Produto	Valor arrecadado (R\$)
Meta Anual (2009)	975.375.065,25
Realizado no Período (2009)	851.318.653,64
Realizado/Meta proposta p/ 1º Semestre	105,45%
Realizado/Meta p/ Período de avaliação	87,28%
Orçamento previsto para a Ação	4.248.649,00
Orçamento executado no 1º Semestre	726.906,00
Orçamento executado no exercício	???

A disponibilização de ferramentas de tecnologia da informação, seja ao público interno ou externo, ficou mais uma vez bastante prejudicada em virtude da

ausência de um contrato permanente e dos sucessivos desligamentos do pessoal da Informática, pelo modelo de gestão implementado para realizar correções e evoluções nos sistemas e pela necessidade de focar na superação da questão da decadência e prescrição de receitas.

O precário atendimento da Assessoria de Tecnologia da Informação limitou ainda a implementação do processo totalmente informatizado para a gestão da CFEM, bem como implicou em inúmeras falhas em rotinas que já existiam para as demais receitas (TAH, Multas, Vistorias, etc.), ocasionando retrabalho e regresso a métodos manuais em alguns momentos.

## 2. Receitas do DNPM:

<b>Receitas (2009)</b>	<b>Total (R\$)</b>
Exploração de Recursos Minerais - CFEM	742.688.734,43
Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral - TAH	87.395.309,12
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH	79.932.583,28
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH <b>(Parcelamento)</b>	7.462.725,84
Multas previstas na Legislação Mineral	7.918.179,39
TAH	1.964.541,57
Rel. Pesquisa	1.793.969,24
Outras Multas prevista na Legislação Mineral	1.503.622,95
Multa <b>(Parcelamento)</b>	2.656.045,63
Certificação e Homologação da Atividade Mineral	2.564.252,22
Imissão de Posse	350.840,99
Cert. Rochas Ornamentais	126,1
Anuência p/ Imp. de Amianto	1.596,66
Anuência p/ Imp. de Diamante	736,92
Cessão Parcial	365.299,16
Cessão Total	965.094,63
Certificado de Kimberley - CPK	10.321,92
Demais Atos	843.521,49
Transf. de Direitos	26.714,35
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral	9.402.247,08
Autorização de Pesquisa	9.024.314,79
PLG	34.960,80
Registro de Licença	339.040,93
Anuência p/ Aerol. Geofísico	3.930,56
Serviço Inspeção e Fiscalização	1.223.968,72
Inspeção e Fiscalização	1.223.005,78
Inspeção e Fiscalização <b>(Parcelamento)</b>	962,94
Compras e Publicações	125.962,68
<b>Total R\$</b>	<b>851.318.653,64</b>

Houve queda na arrecadação das Multas previstas na Legislação Mineral (-16,18%), do Serviço de Cadastro da Atividade Mineral (-27,14%) e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (-13,42%).

As receitas que obtiveram acréscimo em relação a 2008 foram: Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral (+1,1%), Certificação e Homologação da Atividade Mineral (+18,74%), Serviço Inspeção e Fiscalização (+2,08%) e Compras e Publicações (+56,91%).

Alguns números, em 2009:

- ⇒ Foram realizadas 58.425 autuações referentes à TAH, Multas e Juros de Mora da TAH e Serviços de Inspeção e Fiscalização;
- ⇒ 157.420 boletos foram emitidos e conciliados; e
- ⇒ 12.765 dívidas foram encaminhadas à Procuradoria.

### **2.1. CFEM** (Receita 1340.03.00 – Exploração de Recursos Minerais, Fonte 141)

Em 2008, 1.959 Municípios brasileiros beneficiaram-se com os recursos da CFEM, contra 1.912 em 2009, sendo 5.230 mil mineradoras recolheram a Compensação.

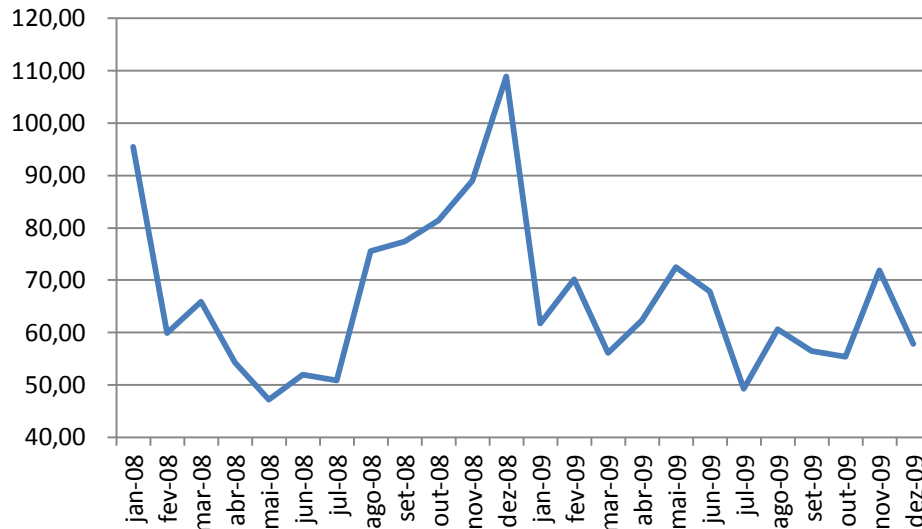
A CFEM arrecadou, no exercício, o correspondente a R\$ 742,6 milhões, montante 13,7% inferior à meta estimada para o período, que era de R\$ 821 milhões. Coube à União, 12% desse total, distribuídos entre o DNPM, IBAMA e MCT.

O desempenho da arrecadação da CFEM foi significativamente afetado pela crise internacional porque sua base de cálculo é o faturamento líquido das mineradoras, as quais são grandes exportadoras.

No último trimestre de 2008 e no início de 2009, quando houve uma queda drástica da demanda mundial por insumos, a economia chinesa seguiu a direção contrária, elevando suas compras, o que apenas minimizou as perdas. Ainda assim, o impacto da crise – derivada da derrocada financeira nos Estados Unidos e em outros países centrais – foi forte, pois as exportações de ferro (minério responsável por aproximadamente 55% do Valor da Produção Mineral brasileira) caíram de um patamar médio de 25 milhões de toneladas/mês para 13 milhões. Já no final de 2009, quando houve a recuperação de outras economias asiáticas, a China passou a comprar menos minério do Brasil. Além disso, as empresas tiveram suas receitas reduzidas pelo efeito da baixa cotação do dólar (valorização do real) ao longo do ano passado.

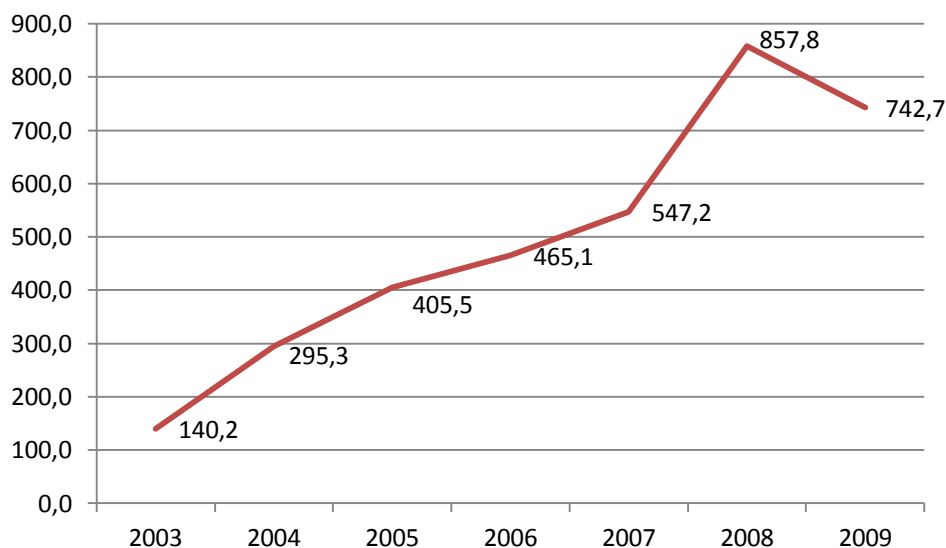
A dinâmica da demanda explicitada acima e o prazo legal de 60 dias para que separe o fato gerador da CFEM de seu recolhimento explicam o comportamento do gráfico abaixo, no qual se percebe um comportamento quase homogêneo da arrecadação em 2009 (variando entre R\$ 50 e R\$ 70 milhões mês) em comparação ao desempenho crescente do final de 2008.

**Arrecadação mensal de CFEM (R\$ milhões)**



A China responde atualmente por um terço do consumo mundial de metais básicos e está ganhando peso no mercado mundial. Como este país tem necessidade de realizar grandes investimentos em infraestrutura, espera-se que a produção de aço (cujo insumo principal é ferro), de carvão metalúrgico e de cobre sejam impulsionadas em 2010. Porém, o horizonte não é tão promissor para alumínio, níquel e zinco, cujos estoques mundiais estão altos e há capacidade produtiva excedente, ou seja, só uma grande ampliação da demanda poderia elevar preços destes metais aos níveis de 2008.

**Arrecadação CFEM ano a ano (R\$ milhões)**



A arrecadação da CFEM poderia ter sido melhor se o depósito judicial efetuado pela CVRD referente à discussão sobre a alíquota correta a ser cobrada do

potássio explotado em Sergipe fosse liberado pela Justiça Federal para o DNPM, uma vez que a empresa e esta Autarquia entraram em acordo e desistiram da contenda, ficando acertado que o percentual correto é 3% sobre o faturamento líquido (a CVRD desistiu de pleitear 2%). O montante retido é de, aproximadamente, R\$ 40 milhões.

Poder-se-ia somar a isso as notificações derivadas do esforço realizado para evitar a decadência/prescrição de débitos CFEM (procedimento que foi chamado internamente de fiscalização de escritório CFEM-RAL), o qual resultou em cobranças que, somadas, chegam a R\$ 1,35 bilhão e ainda estão, majoritariamente, em discussão administrativa.

#### CFEM – Evolução Comparativa

2008 (R\$)	08/09 (%)	2009 (R\$)	2009/meta (%)	Meta 2009 (R\$)
857.819.923,13	-13,42	742.688.734,43	87,28	821.524.456,19

#### Distribuição Cotas da CFEM (R\$ milhões)

	Total	Município (65%)	Estado (23%)	IBAMA (0,2%)	MCT/FNDCT (2%)	DNPM (9,8%)
<b>2008</b>	857,8	557,5	197,3	1,7	17,1	84,0
<b>2009</b>	742,7	482,7	170,8	1,5	14,9	72,8

A Companhia Vale do Rio Doce ocupou a primeira posição em relação às empresas que mais recolheram a Compensação. Considerando a substância mineral, a que contou com maior arrecadação da CFEM foi o ferro.

#### Maiores empresas arrecadadoras CFEM

	Empresa	Recolhimento CFEM (R\$)
1	Vale S A	341.706.514,20
2	Minerações Brasileiras Reunidas Sa	62.118.970,40
3	Mineracao Rio do Norte S/A	26.801.112,60
4	Petroleo Brasileiro S A	17.340.288,68
5	Companhia Siderúrgica Nacional	17.111.966,96
6	Vale Manganês S A	15.210.775,40
7	Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A.	14.551.882,91
8	SAMARCO MINERAÇÃO S.A.	7.985.281,66
9	Rio Paracatu Mineração S A	6.458.808,97
10	AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.	6.335.048,16
11	Sama Sa Minerações Associadas	6.096.829,63
12	IMERYS RIO CAPIM CAULIM SA	5.923.370,83
13	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.a.	5.902.068,46
14	Urucum Mineração Sa.	5.303.865,29
15	Fertilizantes Fosfatados S A Fosfertil	5.175.786,37



**Maiores substâncias minerais arrecadadas CFEM**

	<b>Substância</b>	<b>Recolhimento CFEM (R\$)</b>
1	MINÉRIO DE FERRO	427.806.267,93
2	MINÉRIO DE COBRE	44.708.017,03
3	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	41.113.833,82
4	FOSFATO	29.502.906,16
5	MINÉRIO DE OURO	26.811.359,09
6	CALCÁRIO DOLOMÍTICO	24.816.174,72
7	MINÉRIO DE MANGANÊS	22.003.211,60
8	GRANITO	17.255.431,52
9	AREIA	13.274.913,78
10	CAULIM	12.124.373,86
11	ANTRACITO	9.599.017,09
12	BASALTO	7.553.771,86
13	GNAISSE	7.054.372,82
14	ÁGUA MINERAL	6.903.163,40
15	AMIANTO	6.096.829,63

**Maiores municípios arrecadadores CFEM**

	<b>Município</b>	<b>Recolhimento CFEM (R\$)</b>
1	PARAUPEBAS - PA	165.744.836,88
2	MARIANA - MG	48.417.630,49
3	NOVA LIMA - MG	48.070.718,84
4	ITABIRA - MG	46.984.807,62
5	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO - MG	37.114.414,59
6	ORIXIMINÁ - PA	26.801.270,06
7	CANAÃ DOS CARAJÁS - PA	25.243.722,81
8	CONGONHAS - MG	23.886.509,50
9	ITABIRITO - MG	15.141.930,20
10	ALTO HORIZONTE - GO	14.551.882,91
11	BRUMADINHO - MG	14.514.969,74
12	OURO PRETO - MG	11.855.322,45
13	CAPELA - SE	10.768.595,06
14	PARAGOMINAS - PA	10.241.968,95
15	IPIXUNA DO PARÁ - PA	8.524.116,63

No *ranking* de crescimento na arrecadação da CFEM, considerando os anos de 2008 e 2009, TO (159,9%), AL (135,8%) e MA (82,2%) ocuparam as três primeiras colocações, respectivamente. As maiores quedas registradas na arrecadação aconteceram nos estados do PI (34,6%), RN (34,4%) e MG (28,8%). Já os Municípios que tiveram maior arrecadação foram Parauapebas (PA), Mariana (MG) e Nova Lima (MG).

Como Minas Gerais é o maior Estado minerador do país, seu mal resultado impactou a arrecadação total da CFEM de forma irreversível

### Crescimento CFEM dos Distritos

DS	2006	Evolução (%)	2007	Evolução (%)	2008	Evolução (%)	2009
RS	5.169.259,20	16,42	6.017.988,43	30,90	7.877.506,64	6,85	8.417.761,24
SP	12.470.775,50	23,67	15.422.173,09	45,73	22.474.372,88	22,93	27.617.399,91
MG	240.296.834,19	10,55	265.646.817,09	69,07	449.673.761,56	-28,84	319.922.921,89
PE	1.005.566,69	60,48	1.613.730,66	48,91	2.402.929,20	39,78	3.352.034,59
PA	132.945.639,64	12,35	149.361.584,52	59,43	238.127.398,34	1,89	242.638.474,84
GO/DF	16.840.765,19	117,11	36.563.681,32	28,66	47.041.705,56	-16,95	39.064.083,32
BA	13.240.972,93	0,19	13.265.844,22	28,38	17.030.183,81	6,40	18.120.704,94
AM	2.694.641,80	16,44	3.137.599,39	17,47	3.685.618,24	-14,73	3.142.800,45
RJ	3.895.536,93	21,98	4.751.626,21	38,36	6.574.359,23	38,00	9.072.733,11
CE	703.410,21	78,81	1.257.764,92	34,48	1.691.403,45	3,83	1.699.690,34
SC	8.726.450,44	-4,84	8.304.347,79	22,36	10.161.520,12	2,71	10.437.537,93
MT	1.913.377,63	114,26	4.099.536,98	-9,39	3.714.699,34	28,77	4.783.517,27
PR	2.905.457,19	40,02	4.068.143,58	30,98	5.328.292,40	5,36	5.605.805,35
RN	479.570,77	156,14	1.228.392,88	-34,68	802.383,70	-34,38	526.554,43
PB	1.673.854,53	26,95	2.125.039,71	1,32	2.153.164,11	53,21	3.298.889,53
AP	4.708.055,96	9,05	5.134.168,69	45,45	7.467.678,29	4,91	7.834.436,12
TO	230.683,40	-9,89	207.872,04	40,08	291.177,30	159,94	756.887,71
SE	3.632.918,64	86,81	6.786.481,41	71,83	11.661.365,60	56,67	18.270.852,69
RO/AC	583.024,43	44,67	843.490,09	52,61	1.287.224,81	18,07	1.519.828,43
ES	4.087.887,93	14,42	4.677.306,83	-7,65	4.319.384,83	-0,57	4.294.852,43
PI	296.779,97	25,27	371.786,31	119,92	817.625,92	-34,65	534.336,16
MA	171.648,71	81,97	312.343,69	13,39	354.160,16	82,19	645.261,18
MS	6.141.941,49	-16,49	5.129.441,58	141,36	12.380.527,51	-24,31	9.370.335,90
RR	30.296,84	-2,23	29.621,44	109,97	62.194,69	10,05	68.447,17
AL	282.885,20	2321,8	6.851.417,78	-93,84	421.714,37	135,82	994.510,61

A DIPAR procurou desenvolver junto com a ASSTI o sistema de informática correspondente ao módulo de fiscalização CFEM – planejamento e consolidado. O referido sistema abrangerá:

#### **CFEM – Planejamento:**

- Disponibilidade dos funcionários;
- Previsão de Fiscalização;
- Alocação de Equipe.

#### **CFEM – Consolidado:**

- Envio de exigências;
- Levantamento dos débitos;
- Acompanhamento do processo.

O desenvolvimento está dividido em fases. A fase inicial do desenvolvimento quis contemplar o cadastramento do legado de processos de cobrança CFEM, ou seja, os processos de cobrança já existentes. Tais informações serão imprescindíveis para o devido controle gerencial, a ser efetuado por esta Diretoria, além de suprir o sistema com dados estatísticos acerca dessa relevante receita da Autarquia. Entretanto, seu

funcionamento deixou a desejar, passando a maior parte de 2009 indisponível por problemas no código de programação.

As atividades de fiscalização CFEM, com ou sem o apoio da Sede, focaram a questão da decadência/prescrição, privilegiando as operações de escritório a partir do confronto das informações prestadas nos boletos CFEM e no RAL ano a ano.

O folder da CFEM, que sintetiza os principais ditames legais e características dessa receita, foi reeditado mais uma vez, em 2009, com tiragem de 15 mil exemplares. Todos os Distritos receberam o informativo para distribuição.

## 2.2. TAH (Receita 1332.03.00 – Receita de Outorga do Direito de Exploração e Pesquisa Mineral, Fonte 129)

Em 2009, a arrecadação, referente ao primeiro período, atingiu 95,89% de adimplência, enquanto o registrado no segundo período totalizou 91,40%. O consolidado do ano chegou a 93,95% de adimplência.

Apenas os Distritos de Alagoas e Bahia não atingiram 100% de processos pagos no exercício, mas alcançaram o percentual superior a 99%.

Dos 32.710 processos da TAH com vencimento em 2009, 2.813 não foram pagos na data correspondente. Destes, 2.159 pagaram posteriormente e os demais estão sendo cobrados.

### Arrecadação TAH Ano a Ano – Brasil

Ano	Processos			R\$		
	Total	Pagos	%	Previsto	Pagos	%
2009	32.710	32.703	99,98%	88.540.060,56	87.397.641,50	98,71%
2008	30.535	29.242	95,77%	78.381.125,24	78.381.125,24	94,81%
2007	27.150	26.081	96,06%	58.633.119,40	55.742.569,57	95,07%
2006	27.477	26.119	95,06%	59.255.993,06	55.634.622,68	93,89%
2005	25.005	22.778	91,09%	45.941.990,82	41.268.153,72	89,83%
2004	23.268	21.283	91,47%	27.193.999,92	24.031.278,92	88,37%
2003	21.990	19.758	89,85%	20.898.043,43	18.417.834,58	88,13%
2002	25.090	20.638	82,26%	24.500.991,32	19.598.658,14	79,99%
2001	29.507	23.731	80,42%	25.096.330,54	18.598.970,40	74,11%
2000	2.013	842	41,83%	1.981.380,72	648.446,03	32,73%

### Arrecadação TAH 2009 – Brasil

2008	Processos			R\$		
	Total	Pagos	%	Previsto	Pagos	%
2º Sem	14.366	13.131	91,40	37.319.362,88	32.836.400,53	87,98
1º Sem	18.846	18.072	95,89	56.472.732,58	51.237.812,71	90,73

O contato direto com os mineradores cadastrados, via e-mail, durante o pagamento da TAH, teve continuidade, em 2009.

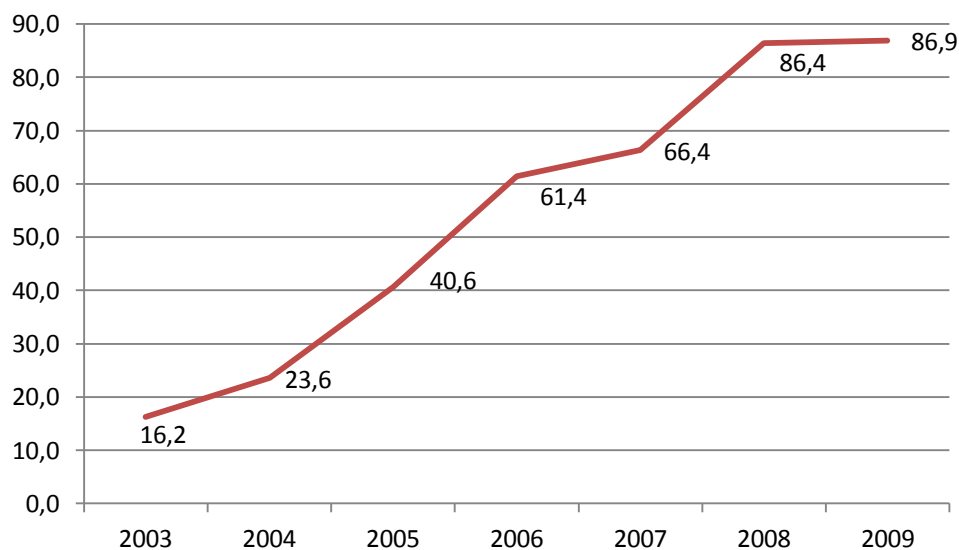


**Arrecadação TAH Consolidado**

	Distrito	Processos			R\$		
		Total	Pagos	%	Previsto	Pagos	%
1	1º Distrito - RS	951	951	100	913.961,76	911.001,74	99,68
2	2º Distrito - SP	1476	1476	100	821.232,94	825.014,09	100,5
3	3º Distrito - MG	5144	5144	100	8.627.459,26	8.660.206,05	100,4
4	4º Distrito - PE	605	605	100	1.202.199,23	1.201.962,25	99,98
5	5º Distrito - PA	1049	1049	100	12.810.400,48	12.793.650,66	99,87
6	6º Distrito - GO/DF	3257	3257	100	7.170.686,37	7.106.713,77	99,11
7	7º Distrito - BA	7335	7329	99,92	17.939.267,03	17.737.503,90	98,88
8	8º Distrito - AM	340	340	100	4.126.930,68	3.487.584,06	84,51
9	9º Distrito - RJ	637	637	100	440.586,21	441.262,09	100,2
10	10º Distrito - CE	1160	1160	100	2.588.793,07	2.590.434,07	100,1
11	11º Distrito - SC	1701	1701	100	1.595.848,13	1.604.508,13	100,5
12	12º Distrito - MT	1375	1375	100	10.520.324,81	10.564.667,71	100,4
13	13º Distrito - PR	1311	1311	100	1.219.456,34	1.220.410,84	100,1
14	14º Distrito - RN	1078	1078	100	2.321.492,03	2.319.134,45	99,9
15	15º Distrito - PB	603	603	100	1.138.013,54	1.113.936,94	97,88
16	16º Distrito - AP	155	155	100	2.044.877,79	2.041.291,14	99,82
17	17º Distrito - TO	720	720	100	4.476.355,36	4.475.384,75	99,98
18	18º Distrito - SE	205	205	100	507.794,36	507.797,70	100
19	19º Distrito - RO/AC	556	556	100	1.212.049,74	935.057,54	77,15
20	20º Distrito - ES	1169	1169	100	1.085.446,38	1.088.013,40	100,2
21	21º Distrito - PI	958	958	100	2.831.817,65	2.832.302,33	100
22	22º Distrito - MA	334	334	100	1.664.038,54	1.665.048,12	100,1
23	23º Distrito - MS	335	335	100	588.643,06	591.396,00	100,5
24	24º Distrito - RR	29	29	100	118.369,96	113.118,53	95,56
25	25º Distrito - AL	227	226	99,56	574.015,85	570.241,24	99,34
	<b>BRASIL</b>	<b>32.710</b>	<b>32.703</b>	<b>100</b>	<b>88.540.060,56</b>	<b>87.397.641,50</b>	<b>98,71</b>

Em 2009, a TAH registrou arrecadação de R\$ 87,4 milhões, o que equivale a 72,4% da previsão adotada como meta para o ano.

**Arrecadação TAH ano a ano (R\$ milhões)**



**TAH – Evolução Comparativa**

2008 (R\$)	08/09 (%)	2009 (R\$)	2009/meta (%)	Meta 2009 (R\$)
86.448.592,20	1,1	87.397.641,50	72,4	120.611.279,80

Outros números que também se destacaram, no ano, referem-se às autuações:

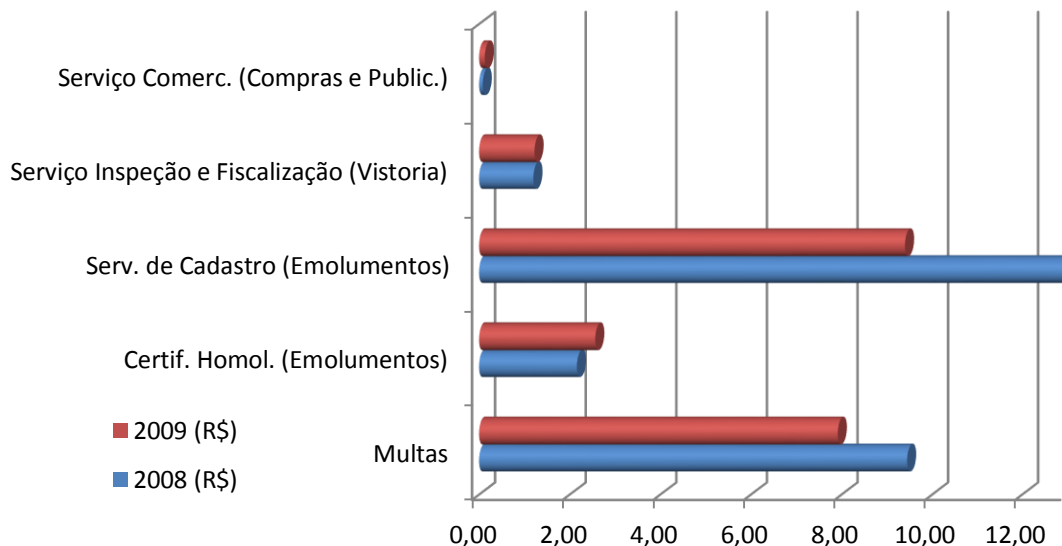
Anos	Autos	Imposições	Nulidades	Encaminhamento à PROJUR	Notificações Administrativas
2009	16.645	11.184	3.416	12.765	32.282
2008	16.533	12.785	1.805	14.558	19.002
2007	18.861	15.041	2.119	7.464	27.203
2006	18.104	12.505	1.839	0	6.485
2005	12.523	7.434	7	0	(*)
2004	6.525	3.140	0	0	(*)

(\*) ausência de sistema.

**5.2.3. Outras receitas**

Os destaques das demais receitas ficaram a cargo das arrecadações de Serviço de Cadastro da Atividade Mineral e Multas.

**Arrecadação Receitas 2008 e 2009 (R\$ milhões)**



**Evolução Comparativa**

Receita	2008 (R\$)	08/09 (%)	2009 (R\$)	09/meta (%)	Meta 2009 (R\$)
Multas	9.447.695,02	-16,2	7.918.179,39	65,3	11.889.738,20

<b>Certif. Homol. (Emolumentos)</b>	2.159.424,36	+18,7	2.564.252,22	84,9	2.992.876,40
<b>Serv. de Cadastro (Emolumentos)</b>	12.904.649,51	-27,4	9.402.247,08	58,4	16.636.086,37
<b>Serviço Inspeção e Fiscalização (Vistoria)</b>	1.198.973,39	+2,01	1.223.968,72	70,9	1.624.182,68
<b>Serviço Comerc. (Compras e Public.)</b>	80.273,93	+56,9	125.962,68	132,0	96.445,61

### 3. Planejamento

A área de planejamento, no primeiro semestre de 2009, apresentou os resultados dos trabalhos para composição da Programação de Trabalho do DNPM, referente ao exercício de 2009. Também, iniciou a formação do orçamento do DNPM 2009, com a identificação de dotação e fonte de financiamento das Ações do Programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de subsidiar a direção-geral na estruturação do orçamento em questão.

Em seguida, iniciou os trabalhos para desenvolvimento do termo de abertura do Módulo Físico no SISPLAN/DNPM – como se habituou chamar o módulo formado por relatórios com informações dos resultados da implementação do Programa de Trabalho do DNPM, pelas unidades executoras.

Esse módulo está sendo concebido dentro de uma proposta apresentada à Assessoria de Tecnologia da Informação, de dotar o SISPLAN/DNPM de dispositivos para realização da gestão da despesa e gestão da qualidade. Na gestão da despesa serão desenvolvidos instrumentos de crítica aos dados lançados no sistema e a identificação física das atividades físicas desenvolvidas que, também, servirão de instrumento para crítica. Já a gestão da qualidade será formada por instrumento de avaliação de resultados da ação.

No segundo semestre foram iniciados os trabalhos de elaboração da Programação de Trabalho do DNPM 2010, com a abertura do SISPLAN/DNPM, do recebimento das propostas das unidades em primeira etapa e posterior integração nacional.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DNPM tem tido inúmeras dificuldades operacionais resultantes, em grande parte, da ausência de ações no passado (antes da existência da DIPAR). Uma equipe de fiscalização CFEM, por exemplo, pode precisar levantar informações desde 1991. Entretanto, com a operação realizada em 2009 para superar a questão do prazo final para decadência e prescrição de débitos cujos fatos geradores ocorreram antes de 31/12/99, isso tende a ser mitigado.

A DIPAR encontra obstáculos institucionais para impelir diversos projetos, tais como:

- ⇒ Cadastro Mineiro: os testes feitos pela ASSINF não foram validados pela DIPAR – reflexo na CFEM e TAH;
- ⇒ Portaria de unidade de medida não foi implementada pelo Sistema Cadastro Mineiro, repercutindo nos boletos CFEM;
- ⇒ Não foram distribuídos os notebooks para a equipe de arrecadação da Sede e Distritos;
- ⇒ Não implantação do B.I. (*Business Intelligence*);
- ⇒ Não foi disponibilizado o Clipping (mídia impressa) à DIPAR;
- ⇒ Resposta tardia da PROJUR acerca dos prazos prescricionais, intercorrentes e outros, que alterariam alguns sistemas utilizados nas fiscalizações;
- ⇒ Há problemas para efetuar a distribuição de valores de CFEM arrecadados a partir das notificações do procedimento CFEM-RAL, uma vez mais em virtude da ausência de solução por parte da ASSTI;
- ⇒ Assessoria de Tecnologia da Informação que não consegue cumprir prazos para entrega ou reparo de ferramentas; há pendências nas solicitações repassadas à Informática, notoriamente o sistema CFEM (planejamento/fiscalização/acompanhamento); há dificuldade no *feedback*, sobretudo por problemas com as empresas terceirizadas e pouca familiaridade do pessoal concursado com os sistemas; houve pedido para realização de auditoria na ASSTI no final de dezembro de 2009, do qual a AUDIN e o Diretor-Geral tiveram ciência por e-mail;

---

**MARCO ANTONIO VALADARES MOREIRA**

Diretor de Procedimentos Arrecadatários